

O que sou, então?

Se não sou exatamente diplomata, ou melhor, se sou diplomata, sendo também um tanto antidiplomata, como poderia eu, então, ser classificado?

É difícil encontrar uma designação única, ou unívoca, que sintetize num conceito singular minhas características múltiplas. Talvez eu devesse tentar uma definição de caráter múltiplo, algo mais ou menos assim: sou marxista, capitalista, não-religioso (ou talvez mesmo irreligioso), racionalista, anarquista político, social-democrata econômico e liberal dissidente em matérias de cultura e vida social, talvez mesmo um tanto iconoclasta e irreverente.

Vamos por partes. Marxista não é minha condição primeira, obviamente, mas é a que me definiu do ponto de vista intelectual e de formação acadêmica, aliás desde antes de ingressar na academia. Sei que o adjetivo se presta a muitas interpretações, a maior parte das vezes equivocadas em relação ao verdadeiro significado teórico do epíteto “marxista”. Vários de meus amigos “neoliberais” ou simplesmente “desideologizados” receberão tal designação ou definição como uma demonstração de surpreendente ingenuidade de minha parte, ou mesmo como a preservação irracional de velhas etiquetas ideológicas ou de um esquerdismo *demodé* e vagamente inseqüente. Mas o marxismo me parece um instrumento ainda válido como método geral de análise, sem que eu subscreva todas as conseqüências práticas ou mesmo implicações filosóficas do pensamento de Marx e sobretudo suas derivações econômicas. É nesse sentido que me defino como um marxista capitalista, subscrevendo inteiramente uma análise histórica do capitalismo, que tem muito a ver com a dinâmica do capital, em sua dimensão mais braudeliana, talvez, do que propriamente marxista.

Assim como o “marxista-existencialista” Jean-Paul Sartre achava que o marxismo constituía o “horizonte insuperável de nossa época”, eu também acho, como bom marxista, que o capitalismo se apresenta como uma espécie de horizonte insuperável de nossa época, pelo menos em suas manifestações “naturais” de funcionamento de mercados e em relação às suas tendências à acumulação ampliada de capital.

Sou marxista, mas não religioso, entendida a *boutade*, obviamente, neste sentido especificamente marxista ou de qualificação filosófica, terreno no qual muitos dos marxistas teóricos ou práticos, mesmo contemporâneos, desenvolvem uma espécie de fervor religioso que

os faz aderir a todos os instrumentos do culto sem rejeitar absolutamente nada, atitude da qual decorre um certo dogmatismo e uma espécie de cegueira mental que em muito prejudica uma análise marxista desprovida de preconceitos políticos. Sou irreverente e iconoclasta também em relação ao marxismo, por isso me afirmo como marxista não-religioso, o que vale dizer, sem dogmas e sem *prejuicios*, no sentido espanhol de idéia preconcebida.

Minha irreligiosidade também se estende, cabe esclarecer desde já e de modo transparente, ao terreno propriamente religioso, onde não cultivo nenhum ateísmo ou deísmo particular. Não se trata de materialismo ou de anti-religiosidade, uma vez que não ostento nenhuma animosidade particular contra as religiões, ainda que tenha críticas pontuais contra ritos religiosos em geral e uma crítica geral contra uma religião em particular. As liturgias e práticas correntes dos cultos religiosos me parecem um tanto ultrapassadas, incompatíveis com a vida moderna, ainda que compreensíveis no terreno da tradição e da identificação comunitária. Preconceitos alimentares e normas de abstinência, aceitáveis num contexto pré-científico ou de precárias condições sanitárias e higiênicas, me parecem ridículos hoje em dia, ainda que eu respeite o direito dos crentes de praticarem tais “crendices”. O Brasil, país de muitas crenças e muita “flexibilidade” religiosa, convive com uma certa facilidade com essas obrigações rituais e normas comportamentais, nem todas seguidas “religiosamente”. Muito judeu, por exemplo, não hesita, numa churrascaria, a “traçar” uma boa lingüicinha de porco, da mesma forma como nossos muçulmanos são muito pouco abstêmios, sobretudo na perspectiva da cervejinha da sexta-feira à noite. Isto é saudável e perfeitamente normal.

Mas, voltando à minha irreligiosidade, ela não é dogmática, e aceito participar de cultos e educar familiares na tradição cristã, que faz parte, finalmente, de uma certa tradição cultural. O mais importante, porém, são os valores, e, desse ponto de vista, creio que as religiões cristã, judaica e budista ostentam um conjunto de valores positivos para o desenvolvimento moral da humanidade, para uma saudável ética respeitadora da vida e de certos princípios de tolerância e solidariedade, que foram (e são) extremamente positivos num mundo muitas vezes entregue a ditadores sanguinários que professam total desprezo pela vida humana e pelos valores da justiça e da verdade (sim, acredito que possa e deva haver alguma verdade, válida em várias épocas e para todos os homens, e desse ponto de vista não sou nenhum relativista histórico ou cultural).

Não sendo religioso, sou obviamente racionalista, mas não no sentido filosófico, uma vez que não pretendo defender nenhuma tese coerente sobre minha irreligiosidade e minha

preferência pela cientificidade, ou melhor, pelo argumento socrático em busca da verdade. Há certas coisas, obviamente, que não podemos saber, ainda, mas não faço disso um motivo para elevações espirituais, ao contrário. Acredito que devemos continuar na busca de respostas racionais aos problemas da vida e da existência física. Não creio que, sendo racionalista, tenha qualquer obrigação de provar nada racionalmente, nem contra ou a favor da existência de alguma entidade superior, que normalmente se chama Deus. Não é que essa hipótese não se coloque para mim, como disse um famoso filósofo, ou pensador, da época da Revolução Francesa. Mas o problema religioso não se coloca para mim como um “problema”; trata-se, se tanto, de uma conveniência social que aceito, mas não discuto. No mais, procuro guiar minhas reflexões do modo mais racional possível, isto é, buscando razões, inquirindo, questionando, raciocinando, formulando teses ou hipóteses sobre como poderia ser isto ou aquilo. Verdades absolutas sempre são incômodas para um racionalista como eu, e geralmente me ateno aos problemas sociais, políticos e econômicos que compõem minha agenda de trabalho “normal”.

Sou também anarquista, como disse, mas de um anarquismo muito particular, sem qualquer fanatismo ou devoção especial, como seria de se esperar. Meu anarquismo está mais na recusa de qualquer autoridade temporal, que não seja a da razão argumentada, isto é, a do debate racional em torno das “boas” respostas (ainda que isso possa parecer ilusório) a um determinado problema prático da humanidade. Meu anarco-marxismo se prende portanto ao caráter iconoclastico ou irreverente que exibio em relação às chamadas *idées reçues*, isto é, verdades presumidas, de fato “falsas verdades”. Essas *received ideas* não costumam resistir ao escrutínio da crítica severa, mas apenas os anarquistas intelectuais são propensos a contestar esses argumentos do senso comum tidos como verdadeiros, daí meu anarquismo conceitual, ou “idealista”. De certa forma, também sou anarquista em política, o que é uma decorrência lógica do anarquismo intelectual, uma vez que raramente aceito imposições autoritárias vindas de quem quer que seja. Isso pode ser difícil em instituições burocratizadas, caracterizadas, como aquela na qual trabalho, pela hierarquia e pela disciplina. Mas trata-se de um fato da vida, que deve ser aceito nos limites estritos do trabalho profissional, não transplantado para o terreno dos argumentos lógicos ou de debate de idéias. Com efeito, nunca deixei que a razão burocrática da hierarquia tolhesse o pleno desenvolvimento de meu trabalho especializado na burocracia diplomática, ainda que isto por vezes conforme uma dificuldade ou outra no relacionamento

profissional. Argumentos devem ser aceitos em sua consistência intrínseca e em sua validade própria, não em função de quem os expede ou formula. Nisto sou um anarquista radical.

Do ponto de vista econômico, entretanto, abandonei o antigo socialismo ingênuo do tipo estatizante, que mantive até o início dos vinte anos (e até conhecer os socialismos “reais”), em favor de soluções reformistas dentro do capitalismo, concebido este não como um sistema racionalmente construído pelos homens, mas derivado de um processo histórico impessoal e incontrolável por qualquer força da natureza (ainda que ele possa ser em parte “moldado” pela ação social). É o que eu chamo de social-democracia pragmática, ou seja, não ideológica, mas guiada simplesmente pela busca do maior bem-estar para todos os membros da comunidade, a começar pelos mais humildes.

Ora, sendo um “marxista-capitalista”, por que não aderir simplesmente a uma modalidade liberal de economia, a mais conforme aos “instintos naturais” do capitalismo? Talvez porque acredite, como muitos outros economistas, que a “ciência lúgubre” não seja verdadeiramente uma ciência, mas um conjunto de técnicas e instrumentos relativos a uma determinada época e a certas condições sociais, sendo suscetível, portanto, de receber interpretações diversas e de exercer influência sobre os sistemas sociais num sentido mais “liberal” ou mais “guiado” pela ação humana. Ainda que não acredite que decisões humanas (sociais, se quisermos) sejam isentas de julgamentos de valor ou de preferências “econômicas”, tampouco acredito que os mercados atuem de modo cego o tempo todo, uma vez que submetidos à ação desses mesmos grupos e indivíduos mais poderosos, o que é feito quotidianamente aliás, de forma consciente ou inconsciente. Daí minha preferência por um tipo de política econômica levemente social-democrata, que busca justamente “adaptar” os mercados a certas “necessidades” humanas.

Tenho plena consciência de que essa busca se solda, em grande parte das vezes, por desastres econômicos, já que dirigentes ou burocracias mal instruídos ou mal informados terminam por deformar o jogo econômico, introduzindo distorções que provocam um prejuízo maior ao que intentavam prevenir, geralmente em detrimento dos grupos sociais mais desprovidos de influência no jogo político. Ainda assim, sendo realista, não acredito que qualquer governo, independentemente do credo político ou preferências ideológicas dos dirigentes no poder, pratique de verdade o liberalismo econômico, e todos eles, mesmo os hayeckianos mais convictos, tenderão a agir sobre o mecanismo econômico da sociedade, num sentido mais liberal ou mais intervencionista. Ora, isso retira *ipso facto* o caráter “liberal” da política econômica, uma

vez que nenhum governo moderno pode hoje se permitir praticar o *laissez-faire* puro. Sendo assim, é melhor ser um social-democrata consciente do que um liberal frustrado.

Por fim, em matérias políticas e culturais, não tenho restrições em afirmar meu liberalismo radical, já que nesses campos a diversidade deve ser de rigor e a tolerância mútua uma obrigação. Esse tipo de liberalismo cultural não deve contudo ser confundido com o liberalismo clássico, embora eu tampouco tenha reservas quanto a ele, mas é que o liberalismo clássico afirma a autonomia do indivíduo “contra” o Estado, e eu entendo que esse tipo de autonomia tornou-se algo ilusória nas condições concretas do Estado moderno. A regulação social é um fato contra o qual não há liberalismo que resista. Mas, em matéria cultural, sou pelo “florescimento das cem flores” e pela maior liberdade possível.

Nada do que eu disse, ou revelei aqui, afeta minimamente o meu “ser” diplomata, ainda que possa afetar o meu modo de “fazer” diplomacia, nas condições concretas do Brasil, ainda tão bacharelesco e dotado de uma cultura cívica tão pouco desenvolvida. Não que eu faça diplomacia como Monsieur Jourdan fazia prosa, ao contrário: meu exercício de combinação de obrigações profissionais, de inclinações acadêmicas e de orientações políticas e econômicas é feito da forma mais consciente possível, muitas vezes com separação estrita dos “atores” que atuam num terreno ou noutro. Essa distinção não é fácil, uma vez que muitas vezes somos levados, em face de declarações pouco esclarecidas de determinadas personagens políticas, a tentar “corrigir” ou comentar esses equívocos que se lêem na imprensa. Um exercício de autocontenção é necessário.

Como resolver esse dilema moral entre o servidor público disciplinado – pois que o diplomata não pode ser senão um “servo” da máquina pública – e o “escrevinhador” político que tenho a pretensão (talvez indevida) de ser? Como equacionar moderação burocrática e conformidade aos preceitos de reserva do agente público com a vocação de debatedor social que emerge de uma orientação intelectual propensa ao diálogo – à polêmica, mesmo – e à participação na ação política? Não há uma resposta fácil, e, de fato, não há nenhuma receita para a combinação adequada desses elementos por vezes díspares e contraditórios de conduta social. Daí minha definição preferencial por uma situação de “ambigüidade construtiva”, como se diz da linguagem de certos acordos ou tratados internacionais: sou um diplomata um tanto antidiplomata, ou talvez seja um “escrevinhador” político que exerce a diplomacia nos desvãos de uma atividade que não se esgota nas oito horas cotidianas devotadas à burocracia

governamental, mas que se estende por horas a fio, noite adentro, no diálogo solitário com os livros e o computador.

Como diria Gilberto Freyre a propósito de sua condição de sociólogo, não sou, nem pretendo ser, um diplomata puro, mas aspiro a bem exercer minha “profissão” de diplomata, inclusive por uma questão de responsabilidade social e de consciência pessoal. No resto do tempo, contudo, continuarei sendo aquilo que sempre fui, desde minha primeira adolescência, e exercendo meus dotes nos terrenos de minhas poucas vantagens comparativas: sou um “escrevinhador” político, anarco-marxista, capitalista, irreligioso, racionalista, social-democrata e liberal.

Por muito menos Marx lançou contra Proudhon, em sua célebre diatribe *Miséria da filosofia*, uma frase cruel: “*C’est la contradiction fait homme!*” Ao que eu responderia: *Soit!* (Sim, nesta síntese final, eu tinha esquecido de mencionar minha iconoclastia também em relação ao marxismo.) *Voilà*: creio que o prefácio está agora completo.